



Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
Secretaria de Estado de Cultura - RJ



Parceria:
CIDADE VIVA
INSTITUTO

denominação
Fazenda São Lourenço

código
AIII - F27 - Val

localização
Rodovia RJ - 137 (entre Conservatória e Ipiabas)

município
Valença

época de construção
século XIX

estado de conservação
detalhamento no corpo da ficha

uso atual / original
pecuária / fazenda de café

proteção existente / proposta
nenhuma

proprietário
particular



fonte: IBGE - Barra do Piraí



Fazenda São Lourenço, fachada principal

coordenador / data **Sônia Rachid - jul 2009**
equipe **José Roberto Mendes e Marcos Vinicius Silva Gomes**
histórico **Adriano Novaes**

revisão
**Coordenação técnica
do projeto**

Partindo de Conservatória (6º distrito de Valença) no sentido de Ipiabas (5º distrito de Barra do Piraí), percorre-se 2 km pela rodovia asfaltada RJ-137, tomando à direita uma estrada de terra por cerca de 3,6 km até a sede da fazenda.

Nas terras da fazenda a estrada, estreita e íngreme, corta os barrancos dos morros tipo meia laranja cobertos por vegetação espessa. Logo na chegada, depara-se com os fundos do antigo engenho de café (f01). O caminho segue à esquerda para a casa do colono e para a porteira que leva o gado para os morros de pastagem (f02). Localizado em uma área atrás do engenho acha-se um magnífico tanque em cantaria, que servia para a lavagem dos grãos de café (f03). Composto por galerias e canaletas em pedra, corta a terra, passando sob o engenho, indo desaguar na ribanceira (f04).

Em seguida, o caminho para a casa-sede dobra à esquerda e se afunila (f05), passando ao lado do grande engenho. O cenário então se revela num descampado – local dos terreiros de secagem de café – que emolduram a casa-sede ao fundo (f06 e f07).



01



02



03



04



05



06



07

O caminho de saibro segue pela frente do antigo engenho (f08), contornando o terreiro, que é coberto por uma nata de cimento caiada de branco e delimitado por uma guia (f09). O caminho é margeado por exóticas árvores africanas de espatódea e um discreto atalho junto às muretas de pedra leva ao moinho de fubá, que está desativado, e às dependências da sauna (f10). As canaletas correm em paralelo a esse caminho, provavelmente perfazendo ainda a direção das águas que por ali se esgotavam, depois da lavagem do café. Do lado oposto temos as baias, o espaço para criação e a horta (f11).

Na seqüência, a casa de hóspedes (f12) – o antigo armazém – que mantém uma porteira lateral para acesso aos pastos localizados ao fundo dessa construção, local que se especula seria o da entrada original da fazenda (f13).

Um vasto gramado com a piscina, se estende até a casa-sede. A construção à esquerda foi adaptada para lavanderia, oficina e moradia do caseiro (f14 e f15). Foi relatado por um dos funcionários da fazenda que esse anexo fazia parte da casa grande, uma vez que o bloco dos serviços se prolongava dando, originalmente, à edificação a conformação de um “U” invertido. Isso se comprova pelos arrimos em pedra, remanescentes da antiga fundação (f16). Nos fundos, um grande pomar de jabuticabeiras conta ainda com manga, abiu e abacate.

A bela sede implantada num platô destaca o mar de morros que emolduram a propriedade (f17). Na área dos fundos, destaque para o antigo tanque de pedra (f18) e, na fachada principal, um frondoso tamarindeiro e a ornamental *bouganville* – que se tornou árvore –, no entorno das mangueiras e das palmeiras gerivá, sombreiam o jardim, com um extenso gramado unindo as construções.



08



09



10



11



12



13



14



15



16



17



18

A casa-sede foi construída sobre um porão baixo, configurando um desnível na área dos fundos. A configuração em “L” permite que a frente da fazenda possibilite ao mesmo tempo a opção do acesso social, feito pela portada central, e o ingresso ao setor de serviços, feito pela cozinha, que fica no corpo recuado (f19).

A construção sobre base de pedra tem arcabouço autônomo de madeira (pilares, madres, frechais e barrotes), com a gaiola estrutural fechada por pau-a-pique. As paredes são caiadas de branco e destacam as cercaduras dos vãos pintadas em verde. Os vãos, todos em vergas e sobre vergas retas, mantém esquadrias internas de madeira com folhas cegas também pintadas em verde, guarnecidas de guilhotinas em caixilho de vidro na cor branca. O telhado, com ponto elevado, tradicional das fazendas de café do período, é recoberto por telhas capa e canal (f20).

A fachada principal volta-se para o grande gramado, o terreiro de café e, mais ao longe, o engenho (f21+). Seu acesso é feito através de escada em dois lances, com degraus em cantaria e guarda-corpo em ferro fundido – coberto pela perfumada madressilva – que leva ao alpendre (f22). Este apresenta telhado de duas águas, em capa e canal, que determina um frontão triangular com óculos cruciformes, decorado por lambrequim rendilhado e pilares sextavados em madeira. Recebe forro em saia e camisa e tem, incrustado na base, um ornamento em forma de medalhão, retratando em relevo a figura de D. Pedro II (f23). A entrada, centralizada, mantém simetricamente três janelas de cada lado (f24).



19



20



21



22



23



24

No corpo lateral à esquerda, a escada de acesso para a cozinha fica encoberta pela sebe da ornamental léia rubra (f25), sendo coberta por um pequeno telhado em meia água, apoiado em mãos francesas. Há ainda, na fachada de fundos, outro alpendre com escada em pedra, com um único lance e guarda-corpo em madeira recortada, que leva até a copa. Para essa fachada de fundos existe também outra escada na grande varanda aposta à casa-sede e voltada à sala de jantar, guarnecida por gritantes toldos bordô (f26).

Internamente, a partir da entrada principal, o vestíbulo distribui para a sala de visitas (f27) ladeada à esquerda pela sala de estar, que se comunica com um quarto, sendo que o banheiro que atende a dois dormitórios – provável alcova no passado –, possui clarabóia que possibilita sua ventilação e iluminação (f28).

A circulação central (f29) liga o vestíbulo à sala de jantar, sendo que o quarto lateral a ela evidencia, no madeirame do forro, a retirada de uma parede divisória (f30). No reformado banheiro deste quarto, um vão de porta foi emparedado, sendo mantida apenas a bandeira (f31), com a porta preservada pelo lado da sala de jantar (f32).

Observa-se que, com a construção da varanda sobre pilotis (f33 e f34), a parede envidraçada com a sequência de guilhotinas geminadas teve um vão rasgado para dar lugar à porta da sala de jantar (f35). Também no escritório, um acesso foi criado no lugar da janela. Finalizando o corpo original da casa, uma circulação que interliga a sala de jantar e a copa, além de dois quartos. Um destes mantém, já no corpo lateral da casa destinado aos serviços, um banheiro. Finaliza a casa, na ala dos serviços, a copa com banheiro anexo e a cozinha.



25



26



27



28



29



30



32



31



33



34



35

O corpo destinado aos serviços evidencia um telhado de ponto mais baixo, com toda a cobertura reformada, tendo sido mantida as capas antigas, com a introdução de bicas novas. O beiral apresenta uma bela cimbalha em madeira com friso decorativo em verde. Os cunhais são discretos, em madeira pintada no bloco de serviços, e em massa, com arremate em cornija, nas fachadas principais. Uma calçada em pedras circunda quase todo o perímetro da casa.

O assoalho em tabuado de madeira reveste toda a ala social e íntima da casa, inclusive banheiros (f36), assim como o forro em saia e camisa branco, que, em alguns ambientes, recebe junto à cimbalha frisos decorativos, intercalando em suas tábuas a cor verde a branca (f37). Dois banheiros e a cozinha têm o piso de ladrilho cerâmico (f38), com paredes azulejadas. As portas internas também em verde, mesclam folhas almofadadas e folhas cegas com canaleta central. A bandeira, entretanto, é sempre em caixilhos brancos.

A casa do caseiro e a casa de hóspedes (f39 e f40) possuem gaiola estrutural fechada com pau-a-pique, esquadrias de verga reta, com guilhotina e folhas cegas, fazendo o fechamento externo. Mantém cobertura em telha de cerâmica de capa e bica, sendo que várias intervenções foram feitas para adaptá-las às novas necessidades.



36



37



38



39



40

Na sauna, a cobertura foi inovada com um “telhado verde”, o gramado forrando toda a laje. Seu piso é revestido de pedra São Tomé, e a baía em alvenaria, tem a cobertura em telha canal.

O engenho de café é um belíssimo exemplar do sistema construtivo em pau-a-pique. O grande pavilhão sobre porão baixo, com embasamento em pedra, atinge, no eixo central, oito metros de altura (f41), com possantes peças de madeira sustentando o madeiramento à mostra, coberto por um telhado de capa e bica (f42 e f43). Os cunhais, pilares, madres e frechais estão aparentes, e o assoalho em tabuado de madeira. As esquadrias de verga reta tem rústicas folhas de fechamento, e um lajeado em pedra reveste o avarandado, que serve de garagem e pouso para os animais de carga (f44).



41



42



43



44

O conjunto arquitetônico mantém sua integridade física conservada, devido aos cuidados específicos adotados na conservação das suas construções oitocentistas. A casa-sede revela madeiramento sem deterioração, com a pintura apropriada de caiação nas paredes e a cobertura, reformada, cumprindo sua função de proteger as paredes de pau-a-pique.

Externamente, foi detectado que os cunhais em madeira, nas paredes da cozinha (f45 a f47), merecem renovação em sua pintura, o que irá proteger o material das intempéries, haja vista a vegetação que está se desenvolvendo no telhado, que pode vir causar acúmulo das águas pluviais e infiltrações descendentes. No porão, a estrutura foi reforçada com pilares e vigas de concreto armado, sendo detectadas avarias na instalação hidráulica (f48). A construção da varanda foi, certamente, uma intervenção modificadora da conformação original do casarão (f49), bem como do correr de janelas da sala de jantar, que teve sua disposição alterada, com a abertura de duas portas (f50).

A casa demonstra internamente um primor na conservação, sendo percebida apenas uma trinca (f51) junto às paredes de um dos quartos. O assoalho e o forro estão em bom estado e a instalação elétrica está protegida por conduítes.

O engenho, apesar de ter uma estrutura íntegra, apresenta sujidade nas paredes, com o madeiramento da gaiola estrutural necessitando de proteção da ação do tempo e dos insetos, assim como as esquadrias, que evidenciam deterioração (f52).



45



46



47



48



49



50

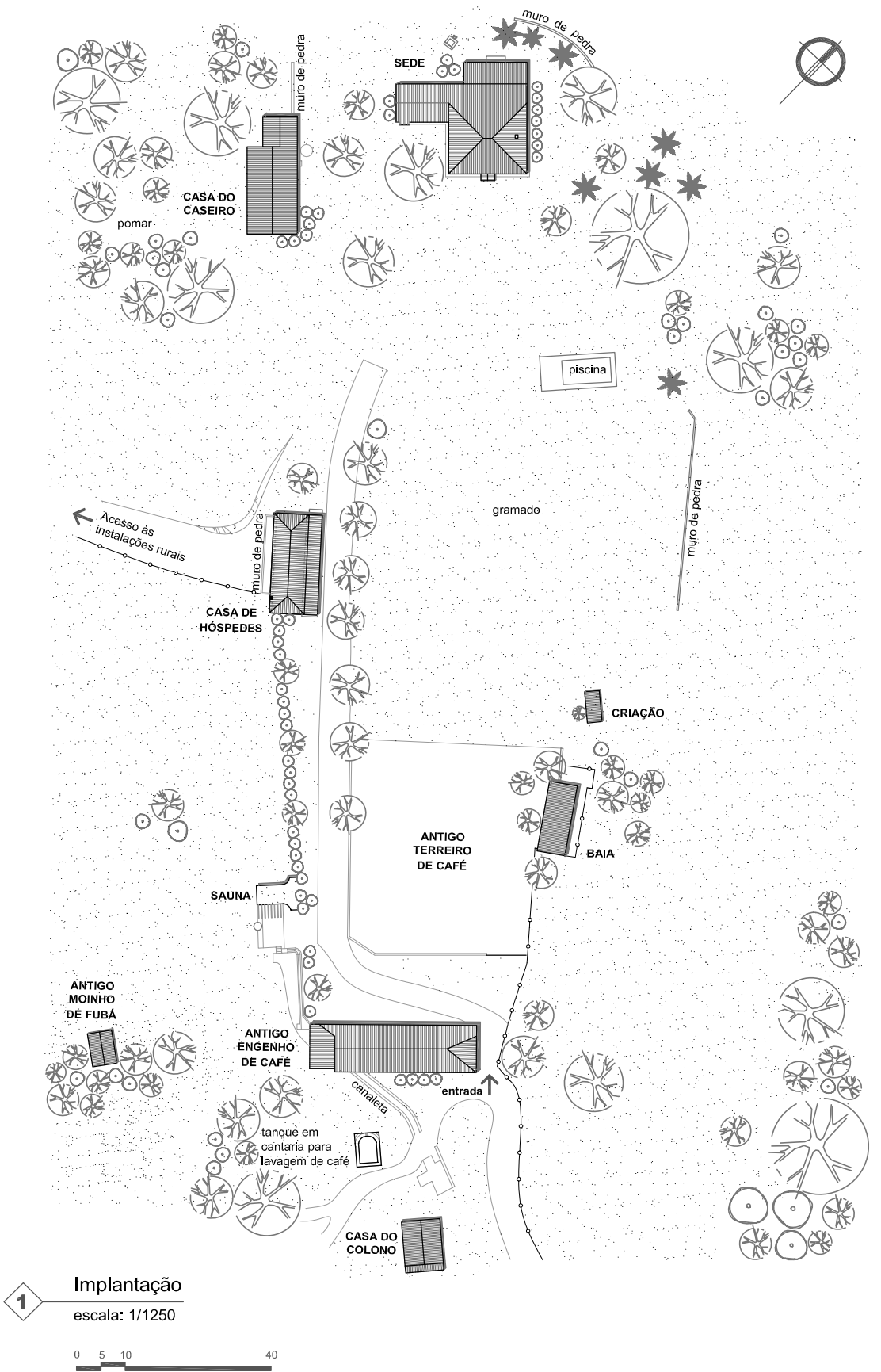


51



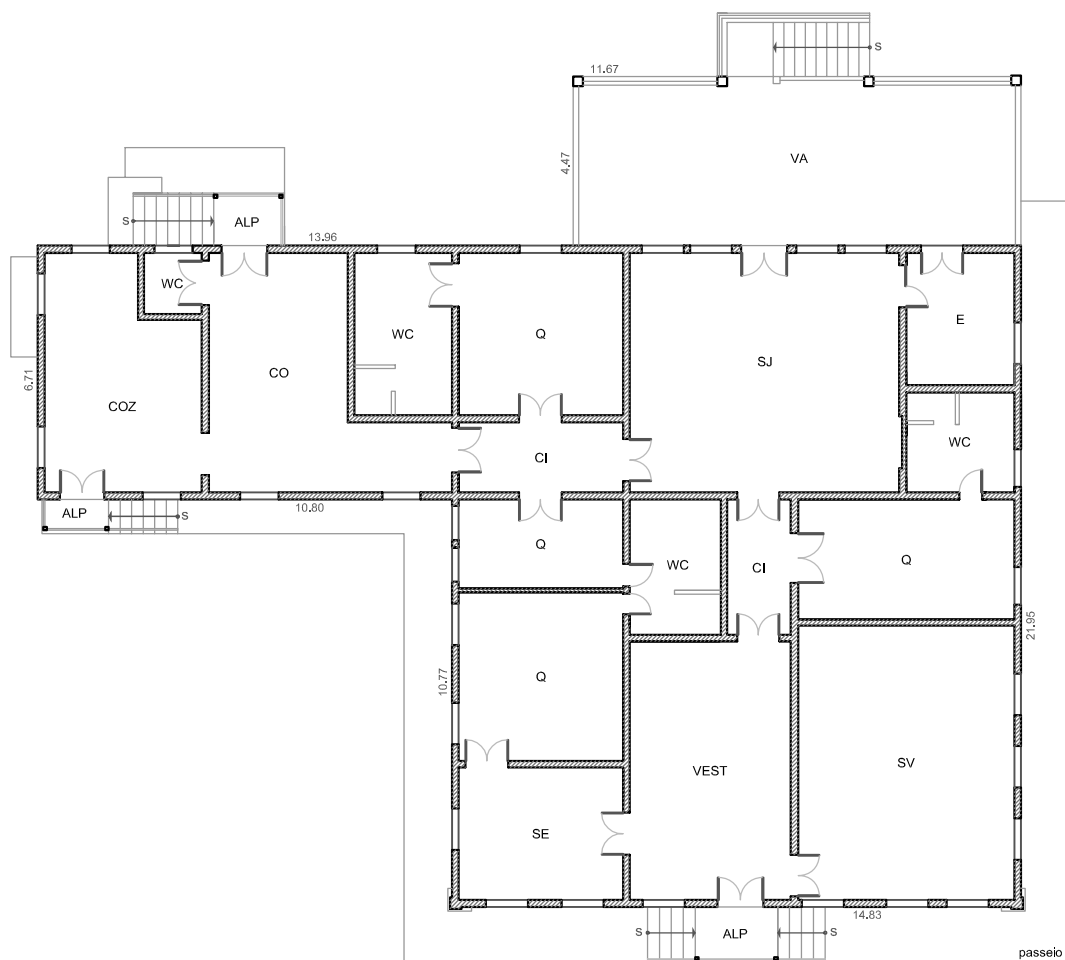
52

FAZENDA SÃO LOURENÇO



1 Implantação
escala: 1/1250

FAZENDA SÃO LOURENÇO



1 Planta Baixa da Sede
escala: 1/200



ALP - alpendre	CO - copa	E - escritório	SE - sala de estar	SV - sala de visita	VEST- vestibulo	alvenaria existente
CI - circulação	COZ - cozinha	Q - quarto	SJ - sala de jantar	VA - varanda	WC - banheiro	alvenaria demolida

Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense

AIII - F27 - Val

2/2

equipe:	desenhista:	revisão:	data:
Sonia Mautone Rachid / José Roberto Mendes / Marcos Vinicius	Marcos Vinicius Silva Gomes	Francyla Bousquet	jul 2009

A Fazenda São Lourenço surgiu no início do século XIX e foi fundada pelo coronel Lourenço Antônio do Rego, que deu o nome do santo homônimo ao seu empreendimento agrícola que acabara de criar.

A implantação de sua unidade de produção ocorreu em uma pitoresca chapada localizada na Serra do Rio Bonito, em águas vertentes do mesmo rio, antiga aldeia e posteriormente freguesia de Santo Antônio do Rio Bonito, atual distrito de Conservatória, município de Valença.

Segundo o historiador valenciano Antônio Carlos de Oliveira Lima, em suas pesquisas sobre as sesmarias concedidas no atual território de Valença, a sesmaria que deu origem à Fazenda São Lourenço, foi solicitada pelo coronel Lourenço Antônio do Rego, à Coroa Portuguesa, em 1809. Porém, a concessão só foi obtida em 1816. Entre 1825/26, Rego procede a medição da sesmaria, como mandava a lei. No mapa anexo ao processo, feito pelo piloto Francisco Ezequiel Ribeiro, consta ser esta sesmaria de meia légua em quadra, ou seja, 225 alqueires geométricos de terras. Possuía uma área física irregular, com vários lados, fugindo do formato padrão de sesmarias distribuídas no Vale do Paraíba, que eram geralmente em quadra (3.300 m x 3.300 m). Neste mesmo mapa, consta já estar edificada a sede da fazenda e mais benfeitorias¹. Rego assina junto com seu sócio, o suíço Pedro Geudre. Neste mesmo documento é citado que Geudre, natural do cantão de Friburgo, residia na fazenda há cerca de dois anos e nove meses, dando a entender que era ele quem a administrava. Em 1826, coronel Lourenço Antônio do Rego abre um outro processo relativo a sua sesmaria, solicitando sua confirmação². Nesta ocasião, não é mencionada a sociedade.

Tudo indica que o coronel Lourenço Antônio do Rego permaneceu como senhor da fazenda São Lourenço até 1837, quando a vendeu. Em outubro deste mesmo ano celebrou um contrato com a Presidência da Província para obras de melhoramentos e conservação da Estrada da Polícia, no trecho compreendido entre Belém e Rio Preto, no prazo de 8 anos³.

Os proprietários seguintes da Fazenda São Lourenço foram os sócios Manuel Correa de Aguiar e José Jerônimo Pereira de Mesquita⁴. Em 1841, abrem um processo judicial de “Aviventação de Rumos”, tentando provar a “invasão” de dois posseiros que teriam se apropriado de cerca de 9 alqueires de terras da propriedade e, com isso, buscam expulsá-los (MUNIZ, 1977, p.85). Em um mapa anexo ao processo, observa-se que foi agregada a sesmaria de São Lourenço à sesmaria de Santa Bárbara e que ambas são citadas no neste como constituindo uma só fazenda.

Não há informações disponíveis, no momento, quanto à data do desmembramento da sesmaria de Santa Bárbara, passando a ser uma fazenda independente, assim, em data ignorada, o Comendador Manuel Correa de Aguiar se desfez da sociedade com Mesquita. Porém, foi o proprietário que mais tempo ficou na Fazenda São Lourenço durante o século XIX (mais de 18 anos)⁵.

Em 1859, a Fazenda São Lourenço foi adquirida pelo então comendador João Gualberto de Carvalho, que no ano seguinte foi agraciado com o título de primeiro barão de Cajuru. Sobre a concessão de tão importante título, tem-se uma curiosa transcrição⁶ do atestado de probidade passado a favor do comendador João Gualberto de Carvalho, enviado ao Imperador Pedro II, em 1860:

“Nós, abaixo-assinados atestamos que o comendador João Gualberto de Carvalho, natural da Província de Minas Geraes e residente no Município de Aiuruóca, é um cidadão prestante, distinto por seu patriotismo e probidade, respeitável pai de numerosa família, rico negociante e capitalista, proprietário de muitos bens de raí, entre os quais se inclui a importante Fazenda de cultura denominada S. Lourenço, sita na Província do Rio de Janeiro, que há pouco comprou; e que por estas razões o consideramos muito merecedor de um Título, ou qualquer mercê honorífica que S.M. O Imperador se digne conferir-lhe.

Rio de Janeiro, 9 de Junho de 1860

Herculano Ferreira Penna

visconde de Ipanema

visconde do Bonfim

Jerônimo José de Mesquita”

Tudo indica que o barão de Cajuru nunca residiu em São Lourenço, possuindo-a apenas como empreendimento agrícola. Residiu grande parte de sua vida na Fazenda das Bicas, no município do Turvo (atual Andrelândia-MG), adquirida por volta de 1830.

A enorme distância que separa as duas fazendas não era problema para o barão, que, além de cafeicultor, era negociante de muars. Viajava pelas estradas do Vale constantemente. Estava entre os maiores criadores de muars do Império. Conta a tradição que, nessa atividade tão lucrativa, possuía posição tão privilegiada que a grande feira de Sorocaba, o mais importante centro de vendas e leilões de animais de então, não era oficialmente aberta enquanto o “sisudo” barão não chegasse com sua enorme tropa.

O barão de Cajuru faleceu em 21 de fevereiro de 1869. Logo após a sua morte, a Fazenda São Lourenço foi herdada por seus três filhos, que durante alguns anos formaram uma sociedade na fazenda denominada “Carvalho & Irmãos”. Desfeita a sociedade, a Fazenda São Lourenço passou a ser unicamente do filho herdeiro José Ribeiro de Carvalho, casado com Luísa Leite de Carvalho⁷.

No início da década de 1880, a São Lourenço foi vendida aos irmãos Pedro e Joaquim de Almeida Ramos, também em sociedade na firma “Pedro Ramos & Irmãos”⁸. Pesquisando a trajetória de vida dos dois irmãos,

conclui-se que o tenente Pedro de Almeida Ramos era quem lidava diretamente com a fazenda, ou seja, administrava e residia nela. Joaquim de Almeida Ramos, agraciado com o título de barão de Almeida Ramos, em 1882, foi bacharel em Direito e comissário de café no Rio de Janeiro. Era ele quem negociava o café produzido em São Lourenço. Faleceu no Rio de Janeiro, em 2 de março de 1885.

O outro irmão, o tenente Pedro de Almeida Ramos, era casado com a prima, Ana Vieira Ramos, com quem teve um único filho, que morreu jovem. Pedro faleceu em 27 de outubro de 1888, deixando seus bens em testamento a esposa e a seus sobrinhos, filhos do barão de Almeida Ramos. O inventário *post mortem* de Pedro, só foi aberto em 1892⁹.

Em 1892 as terras da Fazenda São Lourenço estavam assim distribuídas: 257 alqueires geométricos de terras, sendo que desta área total, 30 eram ocupados por matas, 47 por capoeirão, 60 por pastos e 120 com cafezais. Eram cultivados na fazenda 280 mil pés de café de diversas idades. Esses dados comprovam a importância de São Lourenço como uma expressiva uma fazenda produtora de café.

Segundo o historiador e genealogista Roberto Guião de Souza, que realizou um interessante trabalho de pesquisa sobre a Fazenda São Lourenço e sua gente, a fazenda foi adquirida em data imprecisa pelo major Galileu Belfort Arantes e que este a vendeu por volta de 1912, para adquirir a famosa Fazenda do Paraíso, no então município de Santa Tereza (atual Rio das Flores) (LIMA, 2000, p.8).

O major Galileu Belfort Arantes era sobrinho direto do Visconde de Arantes e sobrinho, por afinidade, do segundo barão de Cajuru, Militão Honório de Carvalho. Ainda nas primeiras décadas do século XX a fazenda foi adquirida por João Ribeiro Ferreira, que passou a administração da propriedade a seu filho Nestor Ribeiro Ferreira. Foi a família que mais tempo permaneceu na posse da fazenda.

Em 1978, São Lourenço foi adquirida, dos cinco herdeiros de Ribeiro Ferreira, pelo Dr. Fernando Tasso Fragoso Pires, juiz aposentado do Tribunal Regional do Trabalho, onde ocupou a vice-presidência e a presidência. Sócio honorário do IHGB, passando a titular em 2005, foi também diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e Ex-provedor da Imperial Irmandade de N. Sra. da Glória do Outeiro. Publicou obras de grande relevância para a história do café no Brasil tais como: *Antigas fazendas de café da província fluminense* (1980); *Fazendas-Solares da região cafeeira do Brasil Imperial* (1986); *Antigos engenhos de açúcar no Brasil* (1995) e *Fazendas - as grandes casas rurais do Brasil* (1996).

Em 1986, o Dr. Fragoso Pires vendeu São Lourenço ao atual proprietário, que a mantém conforme quando a comprou.

¹Sesmaria de Lourenço Antônio do Rego e Pedro Geudre – 1825 / nº04 – Arquivo Nacional / Rio de Janeiro.

²Sesmaria de Lourenço Antônio do Rego – 1826 / nº24 – Arquivo Nacional / Rio de Janeiro.

³Relatório do vice-presidente da Província do Rio de Janeiro, Vaz Vieira, à Assembléia Legislativa, outubro de 1837, p53.

⁴José Jerônimo Pereira de Mesquita era cessionário na sesmaria da São Jerônimo, e herdeiro na sesmaria de Santa Bárbara, possivelmente herdada de seu pai, o sargento-mor Francisco Pereira de Mesquita, que havia falecido em pleno processo de concessão. Coube ao coronel Lourenço Antônio do Rego, por vontade do falecido, finalizar o referido processo, como testamenteiro do requerente e tutor de seu filho herdeiro, em 1826.

⁵Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro. (1848 a 1858). Eduardo Laemmert (org.). Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert.

⁶MIRANDA, Marcos Paulo de Souza, *Aspectos históricos da terra de André*. Esdeva Empresa Gráfica S.A. Andrelândia, 1996. p.100-1

⁷Medição e Demarcação entre José Ribeiro de Carvalho e sua mulher D. Luísa Leite de Carvalho, Joaquim Gomes Alves e sua mulher, D. Ana Elisa de Carvalho Gomes, 1875. Caixa 212. n. 2046. Museu da Justiça, Rio de Janeiro.

⁸Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro. (1881 e 1885). Eduardo Laemmert (org.). Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert

⁹Inventário de Pedro de Almeida Ramos, 1892. Caixa 376. n. 3891. Museu da Justiça, Rio de Janeiro.